

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO**

Brasília, 31 de março de 2022.
RELAUD DF – 2022/003

À
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL.
BRASÍLIA - DF

Especial atenção
Marcelle Mendes Soares
Marcos André Prandi

Prezados,

RELATÓRIO DE AUDITORIA – PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – Apraz-nos submeter à superior apreciação de V. S^{as}. o nosso relatório sobre os trabalhos de auditoria nos saldos contábeis relativo ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nossos trabalhos foram realizados de acordo com o padrão usual de auditoria, sendo os nossos testes realizados por amostragem para aquelas rubricas consideradas relevantes em nosso planejamento de auditoria. Porquanto, cumpre-nos informar que as observações e recomendações contidas nesta carta se estendem aos demais casos porventura existentes.

Aproveitamos o ensejo para agradecermos à atenção dispensada aos nossos auditores, quando de nossas visitas.

Ficamos, como nos cumpre, ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A seguir, passamos às observações e recomendações.

Atenciosamente,



Cristina Braga de Oliveira
Contadora – CRC/MG 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005.455/O-1

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Procedemos à execução dos nossos trabalhos de auditoria relativos ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nossos trabalhos foram realizados de acordo com o padrão usual de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre operações, registros, documentos e posições contábeis em geral, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

De forma a cumprir os objetivos do trabalho, relacionamos a seguir os pontos observados no curso do mesmo e que entendemos conveniente destacar com nossas observações e sugestões, conforme o caso, sobre os procedimentos por nós analisadas.

2. ANÁLISES REALIZADAS NOS TRABALHOS DE AUDITORIA EM 31/12/2021 E FOLLOW-UP DOS PONTOS APRESENTADOS NA AUDITORIA ANTERIOR.

2.1 Descrição dos Trabalhos

2.1.1 Disponibilidades

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

<u>ATIVO DISPONÍVEL</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>AV (%)</u>	<u>AH (%)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>AV (%)</u>
1010102 BANCOS CONTA MOVIMENTO	53.542	100,00%	-84,92%	8.074	100,00%
TOTAL ATIVO DISPONÍVEL	53.542	100%	-84,92%	8.074	100%

Função da conta:

Na rubrica “**Bancos Conta Movimento**” é registrado as contas correntes empregadas para o pagamento de despesas específicas tais como: folha de pagamento, impostos e alguns fornecedores específicos.

Procedimentos adotado:

Banco Conta Movimento:

Confrontamos todos os extratos bancários pertencentes à rubrica “**Banco Conta Movimento**”, bem com os relatórios de conciliação bancária com os registros contábeis e não apuramos divergências relevantes.

Conclusão em 31/12/2021:

Obtivemos segurança da área com as formalizações existentes para o processo, e acreditamos que não podem provocar impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.2 Gestão Previdencial - Ativo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO PREVIDENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020101 RECURSOS A RECEBER	728.963	30,37%	-15,57%	615.440	98,04%
1020102 ADIANTAMENTOS	1.671.422	69,63%	-99,27%	12.279	1,96%
TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL	2.400.385	100%	-73,85%	627.719	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Previdencial**” compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio. Compreendem também os valores contratados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, bem como outros valores a receber de natureza previdenciária, inclusive os valores decorrentes de Depósitos Judiciais/Recursais.

Procedimentos adotados:

Recursos a Receber:

Inspecionamos os relatórios de “**Recursos a Receber**” fornecidos pelo departamento financeiro, e os confrontamos com o saldo contábil, não apurando nenhuma divergência relevante. Para os recursos com saldos mais relevantes, solicitamos a documentação comprobatória para a contabilização dos valores selecionados, não identificando nenhuma inconsistência.

Adiantamentos:

Com base nas folhas de pagamento, fornecidas pelo departamento contábil, verificamos se os “**Adiantamentos**” contabilizados estavam de acordo com aquelas e não identificamos divergências relevantes.

Depósitos Judiciais/Recursais:

Solicitamos os relatórios operacionais e os extratos dos “**Depósitos Judiciais/Recursais**”, contudo, o processo que originou o depósito judicial foi encerrado em julho/2019, fato que caracterizou a devolução do depósito, bem como a sua baixa na contabilidade.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.3 Gestão Administrativa - Ativo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO ADMINISTRATIVA	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020203 PARTICIPAÇÃO NO PGA	5.952.119	100,00%	-14,22%	5.105.601	100,00%
TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.952.119	100%	-14,22%	5.105.601	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Administrativa**” registra os direitos a receber relativos aos eventos administrativos, principalmente no que se refere aos valores decorrentes do repasse de custeio administrativo a receber dos planos de benefícios, bem como a antecipação de despesas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, tais como: adiantamentos sob a responsabilidade de empregados e terceiros, bem como outros valores de natureza administrativa, inclusive os valores oriundos de Depósitos Judiciais/Recurrais.

Procedimentos adotados:

Gestão Administrativa:

Com base nos relatórios operacionais de “**Gestão Administrativa**”, confrontamos estes com os saldos contabilizados e não apuramos divergências relevantes. Ademais, verificamos a documentação comprobatória que originou a contabilização e não identificamos inconsistências.

Conclusão em 31/12/2021:

Obtivemos segurança da área com as formalizações existentes para o processo, e acreditamos que não podem provocar impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.4 Investimentos – Carteira Consolidada

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020301 TÍTULOS PÚBLICOS	113.964.765	28,00%	5,63%	120.376.192	32,05%
1020302 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVAI	8.028.792	1,97%	-18,66%	6.530.763	1,74%
1020304 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	276.881.070	68,03%	-12,80%	241.451.470	64,28%
1020307 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	5.756.709	1,41%	-12,63%	5.029.415	1,34%
1020308 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.213.173	0,54%	-5,17%	2.098.761	0,56%
1020309 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	125.198	0,03%	0,00%	125.198	0,03%
TOTAL INVESTIMENTOS	406.969.707	100%	-7,71%	375.611.799	100%

Função da conta:

A rubrica “**Investimentos**” registra os valores aplicados pela Fundação nos segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes, atualizados até a data do balanço.

Procedimentos adotados:

Títulos Públicos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de títulos públicos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Para os títulos públicos marcados a mercado, validamos, com base nas precificações informadas pela Anbima, os PU's de Mercado informados na carteira de investimentos e não identificamos divergências entre os valores de mercado informados;

- Confrontamos as quantidades de títulos públicos informados na carteira de investimentos com os relatórios de custódia CETIP e SELIC e não identificamos divergências entre as quantidades informadas; e
- Com base nos relatórios de compra e venda de títulos, selecionamos, por amostragem, algumas operações para verificar a documentação comprobatória, com o intuito de validar o fluxo de aplicação/resgate destes e, apesar de todas as operações estarem seguindo o fluxo estabelecido pela Fundação, verificamos a inexistência de uma regulamentação formalizada quanto às alçadas para as operações.

Créditos Privados e Depósitos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de créditos privados e depósitos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Com base nas taxas indexadoras e na data base auditada, efetuamos os recálculos dos créditos privados e depósitos e não identificamos divergências relevantes entre os recálculos e os saldos contabilizados.

Fundos de Investimentos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de fundos de investimentos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Validamos, com base nas informações retiradas no site da CVM, os valores de PU de mercado informados nos relatórios de custódia e não identificamos divergências entre os valores de mercado informados;
- Analisamos os últimos relatórios de auditoria externa emitidos para os fundos de investimentos da carteira da Fundação e verificamos que o fundo **Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** encontra-se com o relatório de auditoria com opinião adversa sobre as demonstrações financeiras, bem como o fundo **Energia PCH – FIP Multiestratégia** encontra-se com o relatório sobre as demonstrações ressalvado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FUNDO	OPINIÃO
<p>GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO EM INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES</p>	<p>Opinião adversa: O Fundo possuía participações em ações de companhias de capital fechado no montante de R\$344.270 mil registrados pelo seu valor justo, determinado por empresa independente especializada considerando a data base de 31 de dezembro de 2014, que representava 101,87% do patrimônio líquido do fundo. O Fundo atualizou o preço das ações de companhias de capital fechado para o montante de R\$274.733 mil mediante laudo de avaliação elaborado com data base de 30 de junho de 2017, realizado por outra empresa independente especializada. Com base na documentação suporte para a avaliação do investimento recebida durante os procedimentos de auditoria, bem como o laudo de avaliação subsequente elaborado por empresa independente, foi verificado que existe uma grande volatilidade e subjetividade na definição das premissas para avaliação desse investimento, no que tange, dentro outros fatores, a taxa de desconto e quanto às projeções de novos contratos e crescimentos do mercado de energia renovável. A divergência de tais premissas, gera uma diferença a menor de R\$130.908 mil em relação ao valor de investimento contabilizado no Fundo em 30 de junho de 2017, indicando um registro superavaliado do mesmo.</p>
<p>ENERGIA PCH - FIP MULTIESTRATÉGIA</p>	<p>Opinião com ressalva: O Fundo foi auditado por outros auditores independentes na data base 31 de março de 2018, que emitiram relatório de auditoria datado de 07 de novembro de 2018 contendo opinião adversa referente às premissas utilizadas para a elaboração do laudo de avaliação das companhias investidas e conseqüentemente com o valor dos investimentos e patrimônio líquido que estariam subavaliados em R\$108.367 mil. Os valores oriundos da referida modificação foram ajustadas durante o exercício findo em 31 de março de 2019 em R\$108.367 mil em contrapartida do resultado do exercício, cuja a auditoria foi conduzida sob nossa responsabilidade. Desta forma, apesar do ativo e patrimônio líquido do fundo estarem corretos em 31 de março de 2018, o resultado está superavaliado em R\$108.367 mil. Avaliação da Companhia Investida pelo Custo de Aquisição - Em 31 de março de 2019 o Fundo possui investimento na companhia DESA Térmicas Desenvolvimento Energético S.A no valor de R\$14.849 mil, equivalentes a 2,21% de seu patrimônio Líquido. Tal investimento está registrado pelo custo de aquisição. A administração não apresentou análise quanto ao valor recuperável deste investimento para corroborar se as premissas iniciais de investimento correspondem ao seu valor justo, portanto não se encontram aderentes à prática contábil aplicada ao Fundo.</p>

Quadro com a participação do Plano de Benefício Definido da Fundação nos Fundos citados:

FUNDO	PL DO FUNDO	VALOR INVESTIDO	% PARTICIPAÇÃO
GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO EM INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	267.249.352,69	6.689.418,19	2,5%
ENERGIA PCH - FIP MULTIESTRATÉGIA	668.369.736,14	21.449.686,32	3,2%

Investimentos Imobiliários:

Com base nos relatórios operacionais, verificamos se os valores de investimentos imobiliários informados neste estavam de acordo com o saldo contábil, bem como validamos os valores informados nos relatórios com base nos laudos de avaliação e não identificamos divergências/inconsistências relevantes nos procedimentos executados. Ressaltamos que a Fundação registra os preços dos bens imóveis com reavaliações trienais, tendo sido a última realizada em 2017.

Empréstimos e Financiamentos:

- Com base nos relatórios operacionais, verificamos se os valores de empréstimos e financiamentos informados neste estavam de acordo com o saldo contábil e não identificamos divergências e/ou inconsistências relevantes.

- Com base nos relatórios de concessão de empréstimos, selecionamos, por amostragem, algumas operações e solicitamos a documentação comprobatória, com o intuito de validar o fluxo de concessão e não identificamos inconsistências no processo dos empréstimos selecionados.

Depósitos Judiciais/Recursais

Solicitamos os relatórios operacionais e os extratos dos “**Depósitos Judiciais/Recursais**”, os quais foram enviados e analisados. Ademais, não identificamos inconsistências relevantes. Dessa forma, apesar de termos recebido os extratos de depósitos, recomendamos que estes sejam solicitados mensalmente, para a melhor manutenção e atualização contábil destes.

Gestão de Processos:

Com base nos trabalhos realizados para o período compreendido entre janeiro a junho de 2020, verificamos que a Fundação não possui uma gestão de processos definida, contudo, vale salientar que a Fundação São Francisco, em 30 de setembro de 2019, contratou a empresa **Junqueira de Carvalho e Murgel – Consultores Associados** para a realização dos seguintes trabalhos:

- Planejamento estratégico institucional;
- Mapeamento dos principais processos de trabalho; e
- Levantamento dos riscos organizacionais.

A ideia inicial, segundo o contrato acordado entre as partes, é de que os trabalhos tenham a duração de 10 meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes. Portanto continuaremos acompanhando-os nos próximos trabalhos de auditoria.

Conclusão em 31/12/2019:

Recomendamos que sejam mantidos os procedimentos adotados de reestruturação operacional da Fundação e/ou a criação de um setor de compliance, além de normatizar as estruturas operacionais da Fundação, bem como manter está em conformidade com seus regulamentos internos e externos. Essas recomendações visam o melhor atendimento à Resolução MPS/CGPC Nº 13, de 01 de outubro de 2004:

A Resolução MPS/CGPC Nº 13 trata que:

“Art. 11. A delegação de atribuições deve ser formal, com responsabilidades claramente delimitadas mediante definição de poderes, limites e alçadas, inclusive em relação a serviços de terceiros.”

“Art. 12. Todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados.”

Ademais, é importante ressaltar a necessidade de a Fundação manter, nas reuniões do comitê de investimento, as discussões ocorridas no âmbito dos fundos de investimentos, acerca dos ativos destes, com o intuito de subsidiar uma possível decisão futura sobre possíveis resgates (se possível) ou outro tipo de operação para contribuir na regularização dos pontos de auditoria citados pela auditoria dos fundos.

Follow-up da auditoria em 30/06/2020:

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia e Geração de Energia FIP** permanecem com a opinião ressalvada e adversa, respectivamente, segundo a opinião dos seus auditores, conforme já citado em nosso relatório de auditoria. Portanto, consideramos o ponto como **não regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 2 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base 30/06/2017.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2020 a junho/2020, não recebemos nenhum relatório.

Ao questionar a administração, tivemos a seguinte resposta:

“Em atendimento a diligência abaixo da auditoria informo que o prazo inicial dos trabalhos de melhoria organizacional contratados pela Fundação São Francisco junto à JCM Consultores, sofreram atrasos, inicialmente em virtude da pandemia e depois em decorrência de perda de profissionais e mudança na condução dos trabalhos pelo lado da contratada. Foi entregue recentemente à Fundação uma versão do primeiro produto (Planejamento Estratégico) que foi imediatamente revisado pela São Francisco que considerou necessário fazer ajustes e complementá-lo (inclusive com Plano de Trabalho – PAT). Foi iniciado também pela consultoria, a elaboração do produto 2 (mapeamento de processos), entretanto até o momento não recebemos nenhum trabalho para validação. Diante dos recorrentes atrasos a Diretoria estará deliberando em breve sobre a rescisão do contrato com a JCM e a contratação de nova consultoria para elaboração dos trabalhos”.

Follow-up da auditoria em 31/12/2020:

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia** (Exercício Social 31/03/2020) e **Geração de Energia FIP** (Exercício Social 30/06/2017) permanecem com a opinião ressalvada e adversa, respectivamente, segundo a opinião dos seus auditores. Adicionalmente, o **Fundo FIDC Ático Imobiliário**, Exercício Social 31/07/2020, também teve o seu parecer de auditoria ressalvado, conforme já citado em nosso relatório de auditoria. Portanto, consideramos o ponto como não regularizado, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 3 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base **30/06/2017**.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2020 a dezembro/2020, não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

Comentários da administração em 31/12/2020:

Fundos de investimentos:

A fundação continua fazendo gestões nas assembleias de cotistas e junto ao gestor e administrador no sentido de corrigir os apontamentos realizados pelas respectivas auditorias dos fundos. Não cabendo, entretanto, qualquer tomada de decisão por parte da Entidade, haja vista ela estar subordinada as deliberações do condomínio de cotistas. Por se tratar de fundos fechados, o resgate se processa pela alienação dos ativos investidos, não por uma simples solicitação de resgate emanada do cotista.

Gestão de Processos:

Não obstante os atrasos na elaboração dos trabalhos, pelas justificativas prestadas e constantes do próprio relatório da auditoria independente, os trabalhos estão em pleno andamento e a São Francisco em conjunto com a Consultoria já concluiu e encontra-se de posse do Diagnóstico institucional, diagrama dos processos e manuais operativos. Os diagramas dos processos e os manuais operativos estão sendo conferidos pelas áreas operacionais.

Follow-up da auditoria em 30/06/2021:

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia (Exercício Social 31/03/2021)** e o **Fundo FIDC Ático Imobiliário (Exercício Social 30/07/2020)** permanecem com os relatórios de auditoria ressaltados, segundo a opinião dos seus auditores. Já o **e Geração de Energia FIP (Exercício Social 30/06/2019)** se encontra com o relatório emitido com abstenção de opinião. Portanto, consideramos o ponto como **não regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 3 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base **30/06/2019**.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2021 a junho/2021, não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

Follow-up da auditoria em 31/12/2021:

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia** e o **Fundo FIDC Ático Imobiliário** não se encontram mais com os relatórios de auditoria ressaltados, segundo a opinião dos seus auditores. Já o **e Geração de Energia FIP (Exercício Social 30/06/2021)** se encontra com o relatório emitido com abstenção de opinião. Portanto, consideramos o ponto como **parcialmente regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 1 fundo de investimento com situação de risco.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2021 a dezembro/2021 não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

2.1.5 Gestão Previdencial - Passivo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO PREVIDENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
2010101 BENEFÍCIOS A PAGAR	1.681.391	6,61%	-99,69%	5.147	0,02%
2010102 RETENÇÕES A RECOLHER	198.540	0,78%	92,65%	382.493	1,47%
2010104 OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	55.646	0,22%	27,42%	70.902	0,27%
2010106 VALORES PREVIDENCIAIS A REPASSAR AC	440	0,00%	1,36%	446	0,00%
2010199 OUTRAS EXIGIBILIDADE	23.509.104	92,39%	8,53%	25.513.567	98,23%
TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL	25.445.121	100%	2,07%	25.972.555	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Previdencial**” registra os compromissos de cada plano de benefícios relativos ao pagamento de benefícios previdenciários. Registra, ainda, o valor para repasse à Gestão Administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias à gestão dos planos de benefícios previdenciários e demais compromissos a pagar e/ou a recolher oriundos dessa gestão.

Procedimentos adotados em 31/12/2021:

Benefícios a Pagar:

Com base no relatório de provisão de abono anual, confrontamos a sua composição com o saldo da conta “**benefícios a pagar**” e não identificamos divergências relevantes.

Retenções a Recolher/Obrigações Contratadas:

Com base nos relatórios operacionais e as documentações fiscais enviados não identificamos divergências e/ou inconsistências relevantes.

Outras Exigibilidades:

Inspecionamos os relatórios de “**Outras exigibilidades**” fornecidos pelo departamento financeiro, e os confrontamos com o saldo contábil, não apurando nenhuma divergência relevante. Para os exigíveis com saldos mais relevantes, solicitamos a documentação comprobatória para a contabilização dos valores selecionados, não identificando nenhuma inconsistência.

Conclusão em 31/12/2021:

Obtivemos segurança da área, e acreditamos que não podem provocar impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.6 Investimentos - Passivo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
2010307 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	23.983	16,92%	17,38%	28.152	17,64%
2010310 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A REPASSAR	108.799	76,75%	12,57%	122.478	76,74%
2010399 OUTRAS EXIGIBILIDADES	8.973	6,33%	0,00%	8.973	5,62%
TOTAL INVESTIMENTOS	141.755	100%	12,59%	159.603	100%

Função da conta:

A rubrica “Investimentos” registra os compromissos assumidos pela Entidade em operações de investimentos, bem como os tributos a recolher decorrentes das operações de empréstimos e participantes. Registra ainda o valor para repasse à gestão administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias aos investimentos dos recursos dos planos de benefícios previdenciários.

Procedimentos adotados:

Com base em nossa materialidade, calculada no planejamento inicial e na movimentação das contas, estas não fizeram parte do nosso escopo inicial dos trabalhos de auditoria.

Consideramos a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil. Diante disso, definimos conforme o nosso memorando de planejamento de auditoria, os saldos das contas apresentadas como imaterial para maiores análises.

Conclusão em 31/12/2021:

Obtivemos segurança da área com as formalizações existentes para o processo, e acreditamos que não podem provocar impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.7 Exigível Contingencial

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
20203 INVESTIMENTOS	273.631	100,00%	0,00%	273.631	100,00%
TOTAL EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	273.631	100%	0,00%	273.631	100%

Função da conta:

A rubrica “Exigível Contingencial” registra as provisões relativas a litígios cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelas entidades contábeis.

Procedimentos adotados:

Solicitamos os relatórios operacionais com a composição das causas em aberto em que a Fundação é parte e realizamos o processo de circularização dos advogados para a confirmação dos saldos contingenciais.

Conclusão em 31/12/2021:

Obtivemos segurança da área com as formalizações existentes para o processo, e acreditamos que não podem provocar impactos relevantes na apresentação das demonstrações financeiras.

2.1.8 Patrimônio Social

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

PATRIMÔNIO SOCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
20301 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	382.431.971	98,18%	-8,80%	348.767.524	98,26%
20302 FUNDOS	7.083.277	1,82%	-12,75%	6.179.881	1,74%
TOTAL PATRIMÔNIO SOCIAL	389.515.248	100%	-8,87%	354.947.405	100%

Função da conta:

A rubrica “**Patrimônio Social**” registra a soma dos recursos para fazer frente a todas as obrigações dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Procedimentos adotados:

Foi realizada revisão atuarial por auditor externo em relação às provisões e premissas atuariais adotadas pela Fundação.

Conclusão do trabalho realizado pela auditoria atuarial externa:

Para a presente manifestação foram examinadas cópias dos documentos identificados por: JM/0333/2022, e JM/0331/2022, ambos de 17 de fevereiro.

Os pareceres atuariais de 2021 registram cada uma das hipóteses admitidas na apuração de resultados no encerramento do exercício, aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

Em relação ao ano anterior, para o Plano de Benefícios I, foi desagravada a taxa de juros, para melhor adequar-se à realidade atual do plano, tal alteração eleva o valor das provisões matemáticas. Contudo, houve alteração na Tábua Geral de Mortalidade e no Fator de Capacidade, alterações essas que contribuíram no decréscimo das provisões matemáticas. A alteração da Tábua de Entrada em Invalidez não representou impacto nas provisões matemáticas do Plano.

Acerca do Plano de Benefícios III, em relação ao ano anterior, foi agravada a taxa de juros, para melhor adequar-se à realidade atual do Plano. Também foram alteradas as hipóteses de Tábua Geral de Mortalidade, Tábua de Entrada em Invalidez e o Fator de Capacidade. Tais alterações reduzem os valores das provisões matemáticas.

Lado outro, registre-se que as rentabilidades dos planos I e III não superaram suas metas atuariais para o exercício. Para o plano I, foi registrada uma rentabilidade de 5,78% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 17,47%, representando, em termos reais um patamar inferior à meta atuarial de rentabilidade real líquida em 5,32 pp. Para o Plano III, foi registrada uma rentabilidade de 5,95% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 15,62%, representando, em termos reais um patamar inferior à meta atuarial de rentabilidade real líquida em 4,51 pp.

As premissas adotadas formam cenários que guardam conformidade com as melhores práticas atuariais e atendem ao disposto em legislação específica.

Após análises realizadas, admitindo válidas as informações registradas nos documentos disponibilizados, concluímos que os aspectos atuariais atendem às respectivas legislações.

* * * * *